Cristina Tavares da Costa Rocha e Lindamir Salete Casagrande

entrevistam

Marilia Gomes de Carvalho

Inaugurar esta seção com a Marilia está sendo uma honra. Ela sempre foi nossa incentivadora e também foi nossa orientadora de mestrado, bem como seu trabalho tem apresentado contribuições significativas para a área de Gênero e Tecnologia e, de modo especial, para esta publicação. A entrevista que ocorreu no dia 11 de junho de 2007, no período da tarde, em uma das salas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, transcorreu em clima de bate-papo de amigas. Nas próximas páginas vamos conhecer um pouco mais das trajetórias pessoal e acadêmica, das pesquisas e projetos futuros além dos olhares da Marilia sobre a temática de gênero e outros aspectos da vida.

Marilia Gomes de Carvalho tem doutorado em Antropologia Social pela USP e Pós-Doutorado pela Universidade de Compiègne – UTC – França. Trabalha na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR desde 1996, orientando e ministrando aulas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE e nos cursos superiores desta universidade nos quais ministra aulas de Tecnologia e Sociedade e Sociedade e Política no Brasil. No PPGTE, tem orientado diversas dissertações sobre as temáticas de tecnologia e cultura, diversidade cultural e gênero e tecnologia, com enfoques nas representações de gênero na publicidade, no uso de artefatos tecnológicos, nos conhecimentos científico e tácito, na educação, dentre outros. Foi a fundadora e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia – GeTec, que reúne pesquisadores de Gênero e Tecnologia vinculados ao PPGTE. No momento, está coordenando o projeto "Refletindo Gênero na Escola: a importância de repensar conceitos e preconceitos", projeto este que tem por objetivo sensibilizar profissionais da educação da rede Municipal de Ensino de Matinhos, no Estado do Paraná – Brasil, no sentido de trabalhar em busca da construção da cultura da eqüidade de gênero e diversidade sexual. Outro projeto que está se iniciando sob sua coordenação busca investigar como são as relações de gênero nos cursos de Engenharia Civil das universidades de Curitiba, Paraná, e como ocorre a inserção no mercado de trabalho das mulheres formadas em engenharia da construção civil nestas universidades.

As publicações de Marilia Gomes de Carvalho, nos últimos 5 anos, têm sido sobre a temática de Gênero e Tecnologia, quer em parceria com suas orientandas e orientandos, quer individuais, em eventos científicos ou em revistas, no âmbito nacional ou internacional. Organizou as coletâneas "Diversidad cultural, género y tecnologia: un abordaje interdisciplinario" em 2006 e "Relações de Gênero e Tecnologia" em 2003, ambas pela editora da UTFPR, Curitiba. É autora do artigo "Teconologia, desenvolvimento social e educação

tecnológica" publicado no número 1 da revista *Educação Tecnológica* que tem sido indicado como bibliografia básica para os processos de seleção de novos mestrandos e mestrandas do PPGTE. Sua participação em eventos científicos e programas de televisão tem contribuído para a divulgação das pesquisas realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores do GeTec e para aumentar a visibilidade do grupo.

Fale sobre sua trajetória pessoal e profissional.

Marilia: Fiz curso de Ciências Sociais na UFPR no início da década de 60. No primeiro ano depois de formada entrei no Departamento de Antropologia dessa mesma universidade como estagiária para auxiliar nas pesquisas que estavam sendo aí desenvolvidas principalmente com as sociedades indígenas. Fiquei dois anos nessa função. Depois trabalhei como auxiliar de ensino voluntário. Naquele tempo havia essa categoria de professor voluntário e comecei a dar aulas de antropologia cultural no curso de Ciências Sociais. Na época tinha experiência de pesquisa só com grupos indígenas. Trabalhei com índios Kaingang no Paraná, junto com a professora Cecília Helm, que era a coordenadora das pesquisas. Em 1970 fui contratada como professora auxiliar de ensino da UFPR e continuei trabalhando com Cecília Helm.

Em 1971, fiz um projeto de pesquisa sobre os pescadores do litoral, em Guaraqueçaba, Paraná, para trabalhar num projeto em conjunto com professores dos departamentos de Genética, de História e de Lingüística, para compor um álbum do prof. Julio Alvar[1]. Em 1973, fiz concurso para professor assistente na UFPR e, aprovada, passei a integrar o quadro de professores estatutários; antes eu era contratada em regime de CLT e continuei desenvolvendo pesquisa com pescadores do litoral do Paraná. Na mesma, juntamente com a colega Jungla Daniel, outra professora do Departamento, organizamos o curso de Especialização em Antropologia, que funcionou por mais de 16 anos consecutivos, sem interrupção. Na verdade, funcionou como a pós-graduação que eu não podia fazer. Explico: Era início da década de 70 e estava começando a exigência de Mestrado em cursos de Antropologia, para professores universitários. Havia um na Unicamp que eu tinha o maior interesse em fazer, mas eu tinha, naquele momento, dois filhos bem pequenininhos e não podia me deslocar de Curitiba para Campinas. Até tentei fazer o curso, viajando uma vez por semana. Mas, eles me responderam que tinha que ser em tempo integral. Aí eu matei a minha vontade de fazer pós-graduação cursando a especialização. Eu mesma criei o curso junto com outra professora e nós fizemos o curso também.

Havia um recorte nesse curso de Especialização em Antropologia?

Marilia: Começou como curso de Especialização em Antropologia porque nós incluímos Arqueologia Pré-Histórica, Antropologia Física e Antropologia Cultural. Tudo num curso só. Com o tempo, ele se transformou em curso de Especialização em Antropologia Social, com professores convidados vindos da USP, PUCSP, UnB, UFSC, Museu Nacional- UFRJ e UNICAMP. Era um grupo muito seleto de professores, os mais em evidência na época e que estavam produzindo trabalhos na área. As primeiras turmas tinham Antropologia Geral.

Fiz três vezes esse curso, porque não podia viajar e fazer mestrado fora.

Nessa época eu já estava começando a trabalhar em pesquisa com os pescadores, mais direcionada para a Baía de Paranaguá. Então, surgiu a oportunidade de fazer Mestrado em 1975/76. Havia um projeto da CAPES, o PICD (Plano Institucional de Capacitação de Docentes do Ensino Superior), que financiava bolsas de estudo para professores que quisessem fazer mestrado ou doutorado. Não sei como, o meu nome foi parar nesse plano, e fiquei sabendo que eu tinha sido contemplada com essa bolsa para fazer mestrado em São Paulo justamente quando eu estava em licença-gestação do meu terceiro filho. Eu tinha que decidir; tinha uma bolsa na mão; um projeto e tinha que passar por um exame de seleção. Eu já conhecia a professora de lá, Carmen Junqueira, que era a Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia na PUCSP e que me incentivou muito a fazer o Mestrado com ela. O problema é que eu tinha filhos pequenos, marido com emprego estável e toda a minha vida organizada em Curitiba. Enfim, passei no exame de seleção e com mais duas colegas da Antropologia passamos a ir toda semana para São Paulo. Ficávamos 2 dias para assistir aulas e voltávamos. Como éramos três, a Carmen Junqueira até organizava os horários das disciplinas de maneira que desse tempo da gente chegar para assistir as aulas. Íamos de avião e voltávamos de ônibus. As outras também, como eu, tinham filhos pequenos e não podiam ficar morando em São Paulo. Fiquei 2 anos nessa situação. Foi em 1976 que comecei a fazer o Mestrado. Fiz as provas no final dos créditos e, em seguida, fiz o projeto. Nesse meio tempo, em 1977, fiquei grávida de novo, mas já estava com meu projeto pronto para fazer pesquisa na Ilha do Mel e na Baía de Paranaguá.

Era sua quarta gravidez?

Marilia: Sim, era a quarta. Organizei todo o projeto, delineei, preparei os instrumentos de pesquisa e fui para a Ilha do Mel fazer uma pesquisa-piloto. Após o piloto, voltei para Curitiba. Era mais ou menos dezembro de 1977. Organizei os instrumentos de pesquisa, decidi o que queria fazer, escolhi as comunidades e, no mês de janeiro, fui acampar na Ilha do Mel. O Pedro nasceu em abril, então eu estava com uns 5 meses de gestação. O meu ex-marido foi junto. Levei um dos meus filhos para não ficar muita sobrecarga para minha mãe, que ficou com os outros dois. A pesquisa de campo durou um mês e meio. Além da Ilha do Mel, fiquei em Amparo, que é uma vilazinha de pescadores localizada na Baía de Paranaguá. Voltei em fevereiro e, em abril, o meu filho nasceu.

Quando ele estava com um mês comecei a escrever a dissertação. Hoje, depois das reflexões de gênero que fazemos no GeTec e das leituras sobre este tema, somadas a minha experiência vivida, vejo que a vida profissional de mulher-mãe é sempre perpassada e, muitas vezes, marcada pela sua condição de mãe e esposa. Nessa época de Mestrado, fiquei afastada da UFPR, porque essa bolsa do PICD exigia que o professor ficasse dispensado das aulas para fazer o programa de pós-graduação. Estudei as condições de vida dos pescadores e suas condições de produção, porque, na verdade, a orientação do meu curso de Mestrado foi na área de Antropologia Econômica. Então, vi muito

essa questão dos meios de produção, do ambiente de trabalho, da comercialização do pescado, da divisão do produto entre quem pescou e os proprietários das redes e das canoas. O foco de análise foi a questão econômica. Escrevi a dissertação no ano de 1978 e a defesa foi em dezembro. O resultado desta pesquisa foi publicado com o título "Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baia de Paranaguá" na coleção Estante Paranista, nº 22, do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Tive um apoio muito grande do ex-marido para poder fazer esse trabalho todo. Após a defesa, voltei para o Departamento de Antropologia para dar aula. Assumi aulas no curso de Especialização em Antropologia Social que continuava a funcionar e, em 1980, comecei outra pesquisa com catadores de papel. Eu queria fazer pesquisa em Antropologia, mas era muito difícil viajar por causa das crianças. Naquela época, a gente fazia pesquisa no meio rural ou com sociedades indígenas. Estava começando a se estudar Antropologia urbana. Geralmente, as pesquisas antropológicas nas cidades eram com operários, ou com minorias étnicas, ou grupos populares, de favelas.

Fui fazer pesquisa com os catadores de papel, e o foco foi mais ou menos o mesmo do Mestrado. Foi tão interessante, porque o mesmo processo se repetiu com os "caçadores" (catadores) de papel. Eles não eram proprietários dos carrinhos, eles "caçavam" papel, usando a terminologia deles. Eles iam "caçar" papel na cidade para o proprietário do carrinho (como os pescadores que trabalhavam para os proprietários das canoas e redes), que lhes pagava uma parte da renda do trabalho deles. Eles eram extremamente pobres, assim como os pescadores que investiguei e ficavam com uma porção mínima do valor daquilo que eles estavam produzindo. Esse papel ia para as empresas de reciclagem de papel e era fundamental para o fornecimento da matéria prima para as fábricas de papel. Mas eles ganhavam muito pouquinho. Esse trabalho também foi publicado e gerou alguns artigos mostrando as condições de vida dos catadores de papel e a posição de exploração do seu trabalho e como eles se percebiam numa cidade grande, com toda a diversidade, inclusive de nível sócio-econômico. Pesquisei suas representações sobre o trabalho que faziam, sobre sujeira/limpeza, sobre desigualdade social, como eles se percebiam enquanto catadores de papel..

Esses dois trabalhos não tiveram foco em gênero?

Marilia: Nada, nada, nada. Olha, quando penso o que perdi na Ilha do Mel de oportunidade de trabalhar gênero e ver essa relação dos homens na pesca e das mulheres que não iam pescar, e ficavam na Ilha e o trabalho delas... Isso eu lembro, mas eu não dei esse foco, por que a preocupação naquela época era Antropologia Econômica. Era ver a inserção desses trabalhadores no modo de produção capitalista. Como esses trabalhadores, que não se caracterizavam por uma relação assalariada, na qual se extrai a mais-valia, de acordo com Marx, como eles também contribuíam para a ampliação do capital das empresas de pesca no caso dos pescadores e das empresas de papel no caso dos catadores de papel. Entrevistei muitas mulheres catadoras de papel. Entrevistei homens. Fui na casa deles e delas fazer pesquisa, observação participante; ficava lá sentada, escutando, conversando com as mulheres e com

os homens. Mas em nenhum momento me passou esta questão de gênero naquela época. Isso aí era 1980, 82, 84, por aí. Mas, eu já comecei a me afastar um pouco da questão econômica e a me interessar pela questão dos significados, porque já estava lendo alguma coisa do Geertz e da Eunice Durham (USP), que escrevia também sobre a questão da ressignificação dos conteúdos culturais que os migrantes rurais trazem do campo para a cidade e como eles trabalham esses conteúdos rurais na cidade. Fui ver nos catadores de papel, que a grande maioria é de migrantes rurais; então, como eles significavam o trabalho, que era o próprio lixo da sociedade e eles viviam disso. O meio de sobrevivência deles era o lixo; como era o significado disso para eles?

Qual foi o momento em que Você se interessou por estudar gênero?

Marilia: Foi mais para o final década de 1980. Fiz uma pesquisa com uma colega do departamento de Antropologia (UFPR), Veraluz Cravo, no Beco do Diabo, que hoje não existe mais. Ficava dentro da cidade de Curitiba, nos fundos de onde hoje é o Pão de Açúcar, próximo à rua Souza Naves. Era um terreno cheio de barracos, como se fosse uma favela e a gente começou a freqüentar esse lugar para fazer pesquisa. Íamos sempre na parte da tarde. Algumas mulheres estavam lá e outras não, porque trabalhavam fora; mas seus maridos estavam em casa. Nessa mesma época acontecia mais efetivamente a luta pela emancipação feminina no Brasil e também os estudos sobre as mulheres.

Começamos a perceber que aquelas mulheres de baixa renda, extremamente pobres, não tinham esse ideal de libertação pelo trabalho, presente nas feministas das camadas médias. Elas queriam mesmo era arrumar um marido que sustentasse a casa e os filhos e que elas pudessem ficar em casa cuidando dos filhos e fazendo trabalho doméstico. Escrevemos um artigo que teve o seguinte título: "Antes mal acompanhada do que só", que é a inversão do ditado popular: "Antes só do que mal acompanhada". Por que? Porque elas tinham maridos que bebiam, que saiam de casa, diziam que iam trabalhar no interior, no Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina. Eles iam para ficar 2, 5 meses fora e de repente voltavam, desempregados, passavam a tarde inteira no boteco, conversando com os homens, não faziam absolutamente nada dentro de casa, e ainda iam buscá-las depois do trabalho delas, com revólver na cinta, ameaçando matá-las, porque diziam que elas estavam traindo-os. E elas sempre diziam que eles eram uns trastes. Perguntei um dia: Mas, por que vocês ficam com esses trastes? Elas não souberam responder. Falei para minha amiga: "Temos que achar uma resposta para isso". A resposta surgiu no final da pesquisa quando começamos a perceber que existia uma discriminação muito grande com a mulher sozinha no Beco. A mulher sozinha ou era um alvo fácil de assédio dos homens ou era motivo de muitos comentários preconceituosos das próprias mulheres. Teve uma que dizia: "Ih, essas minhas vizinhas comentam que o meu portãozinho abre e fecha a noite inteira". Como se ela recebesse homens a noite toda. Eram uma ameaça para as mulheres que tinham marido, porque estas achavam que se as mulheres sozinhas tivessem muito contacto com sua casa, indo visitar, podiam tirar-lhes o marido.

Chegamos à conclusão que os homens na verdade, neste caso, serviam como o guardião da sexualidade dessas mulheres. Mesmo que fosse um traste, um alcoólatra, um cara que vivia bêbado, pelo menos elas tinham um homem, e ninguém iria assediá-las ou molestá-las. Este foi o resultado do nosso trabalho. Pus-me a pensar em como seria nas outras classes sociais. Porque já tinha pesquisado muito sobre populações pobres. Queria mudar meu universo de pesquisa.

Então, sua experiência pessoal foi transformada em questão científica?

Marilia: Exatamente. Mais ou menos nessa mesma época, 1985, eu me separei. Comecei a fazer a relação dessas mulheres com seus trastes, com seus guardiões. Ao mesmo tempo, ao estar separada, mesmo sendo de uma outra classe social, senti na pele o estigma da mulher sozinha. Por um lado, alvo fácil dos homens e, por outro, um certo afastamento de outras mulheres que tinham o seu casamento bem estabelecido. Isso foi interessante e começou a me intrigar: "O que está acontecendo? Por que essa coisa da separação tornou-se um drama tanto na minha família quanto no meu ambiente de trabalho?"

Aproximei-me mais da Eunice Durham, que veio de novo dar um curso na UFPR. Contei para ela sobre minhas idéias a respeito dessa pesquisa com as mulheres sozinhas do Beco do Diabo. Daquelas mulheres que, na verdade, ficavam muito pouco tempo sozinhas, porque havia uma rotatividade de parceiros. E elas queriam sempre ter um homem que garantisse sua subsistência e a dos filhos e que lhes desse também segurança.Parece que homem dá segurança para a mulher. Ela ficou muito entusiasmada com as minhas idéias porque a Eunice tem um veio muito forte em estudos sobre a família, tema que já vinha estudando há muito tempo. Ela falou: "Por que você não vai fazer doutorado em São Paulo, na USP[2]?" Eu já estava mais ou menos estabilizada com a separação, com 4 filhos, fazendo tudo sozinha. Fiquei pensando: "Será que vou? Será que não vou?" Aqueles problemas de me ausentar de casa. Enfim, fiz um projeto sobre essa questão, em camadas médias, i.é., a questão da família e sua ressignificação, da transformação da família num mundo em transformação, do papel da mulher. Aí entra a questão de gênero, mas ainda entrou tangencialmente na minha pesquisa. Porque fiz pesquisa com mulheres descasadas, mulheres recasadas para investigar o momento do rompimento com o modelo tradicional de família, o que foi questionado na situação de casamento, como foi vivenciado, como é que foi o rompimento, as repercussões desse descasamento em termos de guarda de filho, pensão do marido. Finalizei o projeto e comecei o doutorado no segundo semestre de 1987[3], sob a orientação de Eunice Durham. Acho importante dizer que as escolhas que fazemos de temas de pesquisa não são totalmente objetivas. Elas sempre têm alguma relação com nossas experiências vividas.

Fui estudar essa questão da família no doutorado, sem necessariamente estudar a questão da mulher. Até foi interessante porque já no doutorado eu via que existiam também muitas mulheres que não eram só vítimas. No casamento, com as separações, o homem era sempre visto como o algoz e a mulher era a

vítima. E aquilo me incomodava um pouco. Eu questionava isso. Fiz entrevista com mulheres e com homens que se separaram. Ninguém pesquisava homem naquela época. Eram só as mulheres, porque estava bem na época do movimento das mulheres. A Eva Blay (USP), por exemplo, eu me lembro muito bem, estava no auge das pesquisas. Mas, era só sobre mulheres. Começaram a surgir outros trabalhos do Museu Nacional, mas também muito com mulheres, na área da Antropologia e estudos sobre a família.

Cheguei à conclusão de que no casamento todas as histórias têm dois lados. Não entrevistei os ex-maridos das mulheres que eu tinha entrevistado. Não foram casais. Foram outros homens. Mas sempre tem dois lados. Tem a história dela e tem a história dele. E elas se colocaram como vítimas do marido porque perderam os bens, muita briga por causa da questão econômica, porque acho que quando é população de baixa renda, não tem bem nenhum, isso não entra muito. E também não entra a questão da pensão porque os trabalhos são sempre irregulares, temporários. Os caras dizem que não têm renda, estão desempregados, não dão pensão. A mulher realmente "se ferra". No caso das camadas médias, os homens tinham, na época, bens e salários e tinham que dar pensão. A questão econômica é um caso interessante para pesquisar. Vi o lado deles também, porque tiveram que sair de casa, montar outra casa e família e tiveram que dividir o que ganhavam com a família anterior, com filhos e alguns davam pensão para a mulher também. Eles se achavam extorquidos pelas ex-mulheres. Defendi a tese no início da década de 1990.

Quais as principais críticas das feministas sobre sua tese e por que você diz que abordou gênero nesse trabalho só tangencialmente?

Marilia: Uma das professoras da banca, Elisabeth Dória Bilac, que tinha sido orientanda da Eunice Durham, me criticou, dizendo que o meu trabalho era muito machista porque eu mostrava o lado masculino. Respondi que não era absolutamente machista, mas mostrava também a ótica masculina e como os homens viviam as questões familiares. Ainda houve críticas por eu não ter inserido o conceito de gênero. Quanto a usar tangencialmente este conceito, é porque na verdade, quando falo em divisão de papéis, falo em papéis de sexo, em divisão sexual do trabalho. O que era papel de homem e de mulher, o que era papel de mãe e de pai, o que era papel de filha e de filho, trabalhando mais com o conceito de papéis sexuais. Mas não trabalhei em nenhum momento com o conceito de gênero, porque ele estava começando a ficar mais forte quando eu já estava bem no final da minha pesquisa, portanto, não tinha condição de retomar toda uma bibliografia a ser inserida. A tese já estava pronta.

Eu me lembro que a apresentei num congresso da RAM[4], em Florianópolis-SC, antes de eu defender meu trabalho. Houve críticas da Lia Zanota que estava lá. Eu já conhecia a Lia porque ela foi professora na Federal (UFPR). A gente era amiga. Ela falou pra mim: "Olha, a conclusão da sua tese foi que o modelo de família tradicional, família conjugal ainda era a referência das pessoas". E ela achava que eu tinha que mostrar que esse modelo estava sendo questionado também por algumas pessoas. Realmente, nesse sentido concordo que a minha tese ressaltou mais o aspecto conservador da família. Ela morava em Brasília na época e eu discuti muito com os meus colegas de

Mestrado e de Doutorado que eram de São Paulo. Discuti muito também com Gilberto Velho, que era do Rio de Janeiro. Eu falei: "Mas, Curitiba não é assim. As minhas entrevistadas são de Curitiba. E foi isso que apareceu".

Então, o trabalho acabou ficando assim. Acho que é uma realidade ainda muito presente. As pessoas ainda têm, sim, este modelo de família conjugal, que é o pai, a mãe, os filhos, morando todos juntos, na mesma casa, aquela idéia de harmonia, aquela idéia de afetividade. Que não é real, mas é o ideal, é o que as pessoas têm como referência, como um mapa mental, no sentido que Geertz dá ao conceito de modelo cultural. Se eu fosse fazer uma pesquisa hoje... eu vejo que esses jovens na faixa de idade dos meus filhos que estão casando, estão mais ou menos com essa referência, apesar de saber que, na realidade, o homem e a mulher trabalham e as minhas mulheres entrevistadas foram trabalhar depois que se separaram. Antes elas não tinham chance porque os maridos achavam que elas tinham que ficar em casa para cuidar dos filhos.

Ainda sobre sua trajetória, como se dá seu pós-doutorado na França e seu posterior ingresso na UTFPR?

Marilia: Na UFPR, dei aulas de Antropologia para diversos cursos além das Ciências Sociais, a exemplo de História, Pedagogia, Nutrição, Enfermagem, Odontologia, Medicina, Engenharia Florestal, Geografia, Arquitetura. Em decorrência, comecei a pensar sobre a interdisciplinaridade. Era a década de 1990 e nessa época, no governo de Fernando Henrique Cardoso, havia a proposta de mudar a lei da aposentadoria, eliminando direitos adquiridos. Decidi aposentar-me em 1994. Aí surgiu a oportunidade de eu fazer um pós-doutorado na França (que implicou também num estágio na Suécia) sobre um assunto que não tinha nada a ver com família, não tinha nada a ver com gênero, mas que tinha ver com Antropologia. Fui para a França desempregada, com bolsa de estudos da PUCPR[5].

Para isso, apresentei em Compiègne um projeto que era para estudar a interculturalidade nas empresas multinacionais, porque eu sabia que lá tinha um professor que estudava este assunto. Passamos um ano. Fiz alguns seminários com Alain Tourraine, que estava no auge da discussão e interpretação do processo de globalização. Este foi ápice da minha experiência na França e me ajudou a enxergar a questão da diversidade cultural. Não exatamente com a questão empresarial. Mas, com a questão mesmo da América Latina, da África e demais países pobres. Retornei a Curitiba no final de 1995, na esperança da PUCPR me contratar para trabalhar no Mestrado em Educação. Nesse meio tempo Luiz André[6] e eu viemos na UTFPR, então CEFET-PR, apresentar para o Professor João Augusto Bastos, que era coordenador do PPGTE (que tinha uma linha de pesquisa em inovação tecnológica), um projeto para montar uma rede de inovação tecnológica. No dia em que eu vim conversar com o João Augusto, no final de 95, fiquei sabendo que ia ter um workshop, coordenado por Sonia Ana, para discutir a situação da mulher nas engenharias e nas carreiras técnicas.

Assistindo o workshop, levantei na platéia e falei sobre minha experiência e o que eu achava dessa questão toda da mulher, porque eu já tinha visto na minha tese de doutorado que não podia estudar só a mulher; tinha que estudar

o homem também para compreender o lado masculino. Só que elas eram feministas radicais. Não tive muita aceitação. Mas o João Augusto captou minha mensagem e me convidou para dar aulas no mestrado do PPGTE, trabalhando com as dimensões sociais da inovação tecnológica. Iniciei em 1996, fiquei 2 anos como professora visitante; em agosto de 1998 prestei concurso e passei, sendo nomeada professora estatutária.

A disciplina que eu ministrava mostrava a importância do trabalho, as resistências que as pessoas têm às inovações em função mesmo da questão cultural e como isso é difícil de implantar nas empresas, discutindo algo também sobre cultura organizacional. Eu estava trabalhando só com esses temas. Porém, sempre me sentia meio frustrada nesse contexto. Não era uma coisa que eu gostasse. Eu sentia ansiedade na hora de dar aula. Eu não me acertava com pesquisas, porque queria focar no lado social, da cultura. Mas sempre vinha a questão empresarial na frente. Comecei a visitar empresas. Mas assim, tinha uma tendência a ver as questões da exploração do trabalho, da situação do trabalhador e os demais professores focavam mais o lado do empresário. Junto com o professor Alfredo Iarozinski Neto, que também trabalhava a inovação tecnológica, fizemos um projeto para ver como as empresas nacionais, por serem mais brasileiras, se enquadravam, se adaptavam, se adequavam às exigências do controle de qualidade e controle do meio-ambiente, visto que havia exigências internacionais (CCQ, ISO 9000, ISSO 14000). Mas a pesquisa não foi adiante.

Só então começaram a surgir orientações com temáticas sobre gênero que começaram a me interessar realmente. A Helena Hirata veio para a UTFPR na Semana de Tecnologia em 1999 e falou muito sobre a questão da divisão sexual do trabalho nas empresas. Assim as coisas foram começando. Até que em dezembro de 2000, iniciamos as atividades do GeTec. Eu ainda me sentia incomodando o PPGTE com isso e, para não atrapalhar as atividades do programa, decidi marcar as reuniões na parte da tarde das sextas-feiras, de 15 em 15 dias. As atividades do GeTec eram e continuam sendo desde leituras, para aprimoramentos teórico-metodológicos visando discutir conceitos, até estabelecimento de parâmetros do trabalho, organização de eventos. Iniciaram-se apresentações de trabalhos de integrantes do GeTec em eventos fora da UTFPR. Enfim, comecei a receber e a aceitar projetos só na área de Gênero e Tecnologia. Há dissertações no PPGTE sobre a mulher no chão-de-fábrica; a mulher nos cursos técnicos da UTFPR; a mulher no trabalho informal; as herdeiras das empresas familiares; gênero na pastoral da criança; gênero na publicidade; gênero nos livros didáticos de Matemática; gênero e educação tecnológica nas penitenciárias; gênero e a questão da tecnologia nos desfiles de moda; gênero nas engenharias da UTFPR; gênero e trabalho na indústria de eletro-doméstico; gênero e o conhecimento técnico-tácito das parteiras contrapondo ao conhecimento científico de médicos; gênero na educação de jovens e adultos; gênero no mercado de trabalho das Engenharias.

Quanto a eventos, o primeiro aconteceu no final de 2001, quando foram apresentados os primeiros projetos de pesquisa sobre gênero e tecnologia desenvolvidos no PPGTE; o segundo, em 2003, foi a discussão de gênero no cinema, que durou 3 dias, com professores convidados, discutindo vários tipos

de filmes. Este evento foi organizado pela Lindamir[7] e pela Juliana[8] e teve a publicação da coletânea *Representações de Gênero no Cinema*. O terceiro, em 2004, foi sobre gênero no teatro, na literatura e na propaganda e também gerou uma coletânea *Discutindo as Representações de Gênero na Literatura, Teatro e Propaganda*, organizado pela Juliana. Nesse meio tempo, iniciamos a organização do periódico *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. Os primeiros números foram publicações muito internas, no âmbito do próprio GeTec. Depois, graças ao empenho da Lindamir e da Juliana que tomaram a frente da publicação, organizaram as normas, cuidaram da periodicidade, fizeram uma maior divulgação enviando para grupos de estudos e universidades diversas, esse periódico foi consolidado. As publicações foram sendo ampliadas, abrindo para autores de fora do GeTec e recentemente, estamos recebendo artigos internacionais porque nós divulgamos nosso trabalho nos eventos em que participamos, inclusive em Zaragoza (Espanha), e já recebemos um artigo de uma pesquisadora do México e outro da Espanha. Enfim, a publicação agora está abrindo essa nova seção, que é de entrevistas que é mérito da Cristina[9] e da Lindamir.

Ultimamente, não poderia deixar de mencionar esse projeto que a gente conseguiu aprovação da SECAD/MEC[10] sobre eqüidade de gênero e diversidade sexual e contra a homofobia nas escolas. Começamos com um grupo, que eu vejo como muito coeso, com muita vontade de trabalhar, dando aulas para professores de Matinhos-PR. O projeto é em parceria com a Universidade Federal do Paraná- *campus* Litoral, por meio do REGEDI[11], e a Prefeitura de Matinhos. Está sendo uma experiência maravilhosa porque nós estamos saindo do ensino e da pesquisa e estamos partindo para o outro pilar da universidade, que é a extensão. Toda universidade tem três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão. E nós estávamos sem nenhum trabalho na área de extensão, apesar de, nas nossas reuniões, sempre comentarmos sobre a importância da extensão. Inclusive nos eventos que organizamos, oferecemos também minicursos para professores das áreas estadual e municipal, porque achamos importante que professores também trabalhem com as crianças e adolescentes a questão de gênero e tecnologia. E agora, a gente está tendo a oportunidade de trabalhar especialmente com professores do ensino fundamental, que são os que vão pegar as cabecinhas das crianças e dar uma outra orientação que não aquela que a gente vê, tão marcada dos homens, dos meninos, dos rapazes para a área técnica e tecnológica e das meninas para a área do cuidado, das ciências da saúde e das humanas.

Você poderia explorar mais suas idéias sobre a necessidade de ocorrer uma nova revolução social, apesar de reconhecer os recentes e diversos avanços e as conquistas das mulheres?

Marilia: Isso é algo que talvez até algumas feministas não tenham essa percepção (e a gente também), até porque se está trabalhando muito numa concepção relacional, ou até porque a gente está trabalhando na área em um ambiente mais masculino. Eu não seria louca de negar o avanço e as conquistas que as mulheres tiveram, graças ao movimento feminista. Sem dúvida nenhuma, a inserção dessas mulheres em várias atividades foi vencendo

barreiras, muitas vezes difíceis e duras de vencer. Por outro lado, vejo também que, ao mesmo tempo que elas vão vencendo essas barreiras e vão assumindo funções em áreas que antes elas não participavam, que elas vão acumulando funções. Não estou falando só na área das Engenharias, na área tecnológica, não. Estou falando desde chofer de caminhão e motorista de táxi, de policial e de mulher que fica quebrando pedra e cavando buraco nas ruas. São todas áreas que tradicionalmente eram masculinas e que hoje elas estão entrando. No entanto, vejo que o mundo privado continua sendo o espaço de responsabilidade da mulher. O que acontece? Todas essas mulheres, sejam as que estão no chão-de-fábrica, sejam as motoristas, seja as engenheiras, sejam as professoras universitárias com doutorado, com pós-doutorado, seja lá quem for, seja em qualquer sentido, qualquer uma dessas mulheres que está no mercado de trabalho, ela está com uma sobrecarga.

A dupla jornada de trabalho já é famosa. Todo mundo fala. Mas agora já se fala em tripla, também. A Helena Hirata fala em quádrupla jornada de trabalho. Fui em um congresso internacional, em São Paulo e Rio de Janeiro, onde houve uma discussão do mercado de trabalho e gênero na França e no Brasil. A tônica da discussão de todo o congresso foi a questão sobre como associar o trabalho profissional com o trabalho doméstico na esfera privada. As francesas, nesse congresso, expuseram as dificuldades que têm de trabalhar fora e cuidar da casa e dos filhos. Então, o que está acontecendo na Europa? As mulheres estão evitando ao máximo ter filhos. Muitas estão evitando, inclusive, casar, devido à exigência de mobilidade para viagens profissionais, com as exigências de mudança de moradia para outra cidade[12], o que obriga os parceiros a viveram separados.

É interessante porque nunca ninguém discutia o conflito do trabalho doméstico *versus* o trabalho profissional. As primeiras feministas sempre direcionavam as reflexões para o mercado de trabalho. Era como se ter filho e se preocupar com a casa fosse um trabalho menor, fosse uma coisa secundária, algo burguês. Você tinha que ser uma vencedora no mercado de trabalho e se igualar ao homem. Eu nunca enxerguei assim. Talvez até porque eu tenha sentido na pele, por ter tido 4 filhos, tê-los criado sozinha depois de um certo tempo, e ter trabalhado o tempo todo, ter feito mestrado e o doutorado a duras penas, viajando e não do jeito que eu queria. Toda a minha vida profissional sempre foi muito dividida, porque eu achava que não podia deixar meus filhos ao "Deus dará". Tive um marido que ajudou e cumpriu essa função até certo ponto. Na época em que me separei, eles já estavam mais ou menos grandes.

Vejo as mulheres com essa sobrecarga. Tem menina que faz seleção para o Mestrado e vem conversar comigo, querendo fazer projeto. São moças que fizeram isso: saíram do mercado de trabalho e foram cuidar dos filhos. Agora elas querem voltar e acham que precisam fazer uma pós-graduação para poder enfrentar a competição no mercado de trabalho. Não tem uma[13] que não fica com a voz embargada, que não fica com os olhos cheios de lágrima na hora que fala que teve que sair do trabalho para cuidar das crianças e que agora quer voltar e não está conseguindo alcançar essa meta. Para aquelas que fizeram isso, é terrível. E para as que não fizeram também é, porque também ficaram divididas, sentindo-se culpadas.

Antes eu falava assim: "A revolução, a mudança tem que ser do homem e da mulher. Se a mulher sai, ela deixa um espaço vazio em casa. Esse espaço tem que ser ocupado por alguém. Então, que seja o pai das crianças, que ocupe esse espaço". Mas, agora, fico pensando que esse homem, esse pai também não pode ocupar esse espaço porque ele está igualmente sendo sugado pelo mercado de trabalho. Estão ambos sugados no mercado de trabalho. Essas crianças ou estão com babás o dia inteiro, ou estão em creches (não quero fazer pouco de creche; elas estão cumprindo o seu papel; mas, dizem os psicólogos que é necessário ter a presença da mãe). Quando falo em revolução social, e falei isso no congresso no Rio de Janeiro, as francesas não entenderam. Percebi que minha fala não foi compreendida. Depois tive que voltar a falar, o que quero dizer com a revolução social. Não é só o homem entrar no espaço doméstico porque a mulher também está contribuindo com dinheiro, visto que ela está trabalhando. Só isso não vai resolver. Tem que resolver o mundo do trabalho, que precisa dar espaço para que tanto os homens quanto as mulheres tenham um tempo para se dedicar ao espaço privado. E para isso é necessário uma mudança sociedade como um todo. Ou seja, as pessoas têm que deixar de ser tão imediatistas, onde a produção material, o consumo e a riqueza monetária são mais importantes do que a reprodução dos novos membros da sociedade, que serão os futuros cidadãos. A realidade vai num movimento contrário, numa contradição tão grande que as mulheres sentem-se realmente muito culpadas. Concluindo, embora algumas feministas mais radicais não concordem, o espaço doméstico é tão importante quanto o da produção – ou até mais –, porque é o espaço da reprodução. Produz riqueza humana. Acho que a minha história conta um pouco isso, porque sempre batalhei muito para a importância social do espaço privado, que é o espaço da família. Algumas estudiosas de gênero dizem que a reprodução é a primeira questão social que deveria ser assumida também pelo Estado, mas não consigo ver isso acontecendo no Brasil, por uma questão cultural.

Você teve participação de militância no início do movimento das mulheres?

Marilia: Não. Eu nunca fui militante. Nem na época que eu trabalhava com Antropologia Econômica, quando existia o movimento operário, eu me envolvi com militância. Até com relação às sociedades indígenas também lembro, no final da década de 1970, que o pessoal fez um movimento grande aqui com assembléias por causa da ocupação da terra dos índios, mas nem sei dizer porquê, não me sentia bem nesse ambiente de militância e ele me incomoda até hoje. Havia muita cobrança por um posicionamento que eu também me questionava, porque você tem que obrigatoriamente ter aquela posição e não pode questionar e sou bem questionadora. Na verdade, não me enquadrava em grupo nenhum. Eu me sentia sempre uma pessoa que não era nem do grupo de esquerda e não me identificava absolutamente com o pessoal da direita. Naquele tempo a situação estava muito dividida entre esquerda e direita na universidade, no grupo das ciências sociais. Ou você tinha que ser uma coisa ou você tinha que ser outra. E eu não admitia ser uma nem outra, porque via problemas na turma da esquerda que eu não podia aceitar, que é

justamente essa cobrança, o patrulhamento ideológico. Isso me incomodava. Estava começando a se formar o PT[14] e os petistas eram terríveis. E não me identificava, lógico, com o pessoal da direita, que era um outro grupo tão radical, restritivo e reacionário quanto o outro, com relação a quem pensasse diferente e também fazia patrulhamento. Foi uma época muito difícil e que me atingiu muito. Eu lembro que tive estresse, esgotamento nervoso, fiquei doente. Mas na época do doutorado, eu já estava mais segura das minhas posições, não me importava mais com muita cobrança. E também aqui, o movimento feminista não foi algo muito forte como foi em São Paulo e no Rio [de Janeiro].

Fale sobre a posição de Margaret Lopes (UNICAMP) sobre o fato da ciência e tecnologia não terem contemplado os estudos de gênero; mas que o inverso também ocorre: o campo de gênero não tem tido interesse por focar ciência e tecnologia.

Marilia: Concordo com ela e vou dizer mais uma coisa. A ciência até que chega a ser um foco de estudos de gênero. Tecnologia, não. Nos congressos no Brasil sobre "ciência, gênero e tecnologia", é muito mais ciência do que tecnologia. E há grupos fora do Brasil. Na Espanha, onde tenho tido mais contacto por causa do grupo do Congresso Ibero-americano[15], o grupo leva o nome de ciência, tecnologia e gênero, porém, também vejo que o foco muito mais forte é na ciência. Os estudos que essas mulheres (digo essas mulheres, porque a maioria são mulheres) fazem sobre a trajetória feminina na academia, por exemplo, que é o que mais aparece nesses congressos, é com relação à ciência: na Física, Química, Biológicas, Ciências da Terra, Humanas, Computação, Exatas. Portanto, ciência já é um objeto de estudo dos grupos de gênero. Mas não se fala em Tecnologia, embora haja um grupo na UNICAMP, que é o pessoal da Política Científica e Tecnológica, onde está a Margaret e há o nosso, o GeTec-PPGTE-UTFPR. Não sei se há outro. Acho que Santa Catarina está começando a se interessar também por este segmento na área de gênero.

A impressão que dá é que os conceitos de ciência e tecnologia estão muito misturados.

Marilia: É... porque tecnologia é assim: tem o aspecto que está misturado com a ciência e tem o aspecto que está misturado com as relações de trabalho. Então, pode-se focalizar o estudo ou na ciência e tecnologia, ou na tecnologia e trabalho. Daí não é ciência. São as relações de trabalho, que implicam em tecnologia também. Fora isso, tem a questão da tecnologia e educação, que também integra ciência. Seria um outro veio. Na verdade, o que caracteriza o GeTec é a tecnologia. É por isso que a gente está com um leque tão amplo. As nossas dissertações têm esse leque imenso, porque trata da questão do trabalho, trata da questão da ciência e do conhecimento científico e tácito; trata da questão da educação.

Além disso, ainda trata da questão da produção, que não é mais nem o trabalho, mas sim, a questão do uso dos artefatos tecnológicos, que é um outro veio que também se desenvolve alguma coisa aqui. Enfim, a tecnologia está em tudo. Penso que daqui a um tempo, quando o programa estiver crescendo

mais, vamos ter que fazer um recorte em qual tecnologia vai se poder dar maior ênfase. Talvez gênero, tecnologia e trabalho, justamente porque nós já temos a linha tecnologia e trabalho. Ou gênero, tecnologia e educação, porque o programa já tem a linha da educação tecnológica. E ciência, porque ciência também está imbricada com a tecnologia. Estamos no momento, abertos para todas essas discussões. Na verdade, todas elas são estimulantes. É difícil fechar. Os trabalhos podem, inclusive, também ter o recorte de gênero, mesmo porque ele é um tema transversal a tudo. Considero tanto a tecnologia quanto o gênero dimensões que perpassam toda a vida social.

Qual a visão que outros colegas do mestrado e pessoas de outras instituições têm do GeTec?

Marilia: É bem legal essa pergunta porque entendo que isso é algo importante de ser falado. Primeiro, dentro do PPGTE: não posso negar que temos apoio. Tivemos sempre apoio da coordenação, tanto da Sonia Ana[16] e, quando ela saiu, com a entrada do Gilson[17], ele sempre foi um dos professores que mais compreendeu a nossa proposta e deu apoio. Então, tivemos até um certo ponto sorte dele estar na coordenação, porque continuamos tendo o mesmo apoio para as nossas atividades. Muitos alunos do GeTec foram apresentar trabalhos fora, e isso, sem dúvida nenhuma, é apoio financeiro do PPGTE. Talvez se fosse outra coordenação, e/ou outra linha de pesquisa, talvez o GeTec não tivesse o mesmo apoio.

Segundo, dentro da instituição, que é, lógico, uma instituição masculina e que até há pouco tempo atrás, muitas pessoas não sabiam o que era gênero, era uma coisa que ia acontecendo, mas sem que as pessoas tomassem muito conhecimento. Engraçado, a minha imagem é assim: um todo, com uma bolinha, uma coisinha inserida nesse todo, que é diferente desse todo, mas que está incrustada nele. É assim que eu visualizo e consigo imaginar o GeTec na UTFPR. A universidade é um todo, e o GeTec é aquela bolinha de outra cor, pequenininha, dentro desse todo. Não vejo fora, não; vejo dentro, mas pequenininha, sem que esse todo tome muito conhecimento. Mas, também, sem que impeça a realização das atividades. Quando foi para oficializar aquela parceria com a Irmtraud Münder, da Alemanha, nós fomos falar com o professor Éden[18], que na época era diretor-geral, e tivemos total apoio. Nem uma resistência. Tivemos apoio da instituição com o atual projeto com a SECAD/MEC; com projetos enviados para o CNPq; para a Fundação Araucária; com o Simpósio Nacional Gênero & Mídia, que foi realizado em parceria com a UFSC, a UFPR e a PUCPR, mas foi sediado aqui e que nós (acho que posso dizer isso) lideramos esse evento. Quando ocorre um evento muito grande, a exemplo deste último, alguns professores do PPGTE vão assistir. Enfim, foram apoios também no sentido de não atrapalhar.

Por outro lado, não vejo que eles estejam participando diretamente do grupo, das discussões, reuniões e dos eventos em geral. Agora, eu estou com uma esperança porque estão integrando o GeTec professores que já foram do grupo como mestrandos. Então, eu sei que o grupo vai continuar, porque há nele pessoas que dão muito apoio, a exemplo da Lindamir, que acho que é o pilar mais forte do grupo. Tenho plena consciência que, sem o trabalho dela, as coisas seriam bem mais difíceis. Nunca tive interesse em me envolver nas

questões administrativas. É uma falha minha, porque sei que quando a gente conhece as pessoas, as coisas ficam mais fáceis. Por isso acho que esse grupo só existe porque ele é um grupo que integra pessoas fundamentais para que as atividades aconteçam. Fico muito feliz de ver que não preciso mais estar sempre presente. Na minha ausência, as pessoas fazem reunião normalmente, se organizam, tomam decisões, e isso é muito legal, porque não depende mais só de uma pessoa. Aliás, acho que o GeTec, desde o início, sempre funcionou como um grupo de fato, com a participação ativa de todos os seus membros.

Em outras instituições a existência do GeTec e sua produção ora causa surpresa, por desconhecerem este tipo de abordagem na UTFPR, ora provoca interesse, pela novidade que traz, enfim, avalio que as repercussões são todas positivas.

Que pergunta não feita você gostaria de responder?

Marilia: Talvez projetos para o futuro. O que eu gostaria mesmo era de ficar só com o GeTec (o grupo não é mais informal; já está registrado no CNPq), conseguir uma bolsa e trabalhar como pesquisadora, desenvolvendo projetos e produzindo trabalhos de pesquisa. Seria o meu sonho de futuro profissional. No fim, depois de toda minha trajetória, acabou ficando isso para mim, como o trabalho mais importante. Gostaria ainda de dizer que meus quatro filhos já estão casados, trabalhando, seguindo a vida deles. Hoje, curto alegrias com os netos, meu companheiro e minhas "aventuras antropológicas".

---

[1] Era um professor espanhol que, juntamente com sua esposa, Janine Alvar, estava desenvolvendo um projeto na UFPR. Ele publicou um álbum muito bonito, com o título "Guaraqueçaba; Mar e mato" que possui desenhos etnográficos da cultura material dos pescadores caiçaras.

[2] Universidade de São Paulo.

[3] Já poderia estar legalmente aposentada, porque tinha completado 25 anos de magistério e nem sabia, na época.

[4] Naquele tempo não era RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul). Era o Congresso da Regional Sul da ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

[5] Trata-se de bolsa oferecida pelo CNPq, que é uma bolsa para pessoas que não têm ligação com a instituição, mas que a instituição a pretende absorver no futuro.

[6] Companheiro de Marilia.

[7] Lindamir Salete Casagrande, pesquisadora do GeTec e, na época, mestranda do PPGTE e orientando da Marilia. Hoje é coordenadora editorial e da seção de entrevistas dos Cadernos de Gênero e Tecnologia

[8] Juliana Schwartz, pesquisadora do GeTec e, na época, mestranda do PPGTE. Hoje é coordenadora editorial dos Cadernos de Gênero e Tecnologia.

[9] Cristina Tavares da Costa Rocha, pesquisadora do GeTec coordenadora da seção de entrevistas dos Cadernos de Gênero e Tecnologia.

[10] Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, vinculada ao Ministério da Educação.

[11] Grupo Interdisciplinar de Estudos, Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Representações de Gênero e Diversidade coordenado pela professora Drª. Nadia Terezinha Covolan, participante do GeTec. Segundo ela, o REGEDI é um "filhote" do GeTec.

[12] Há um livro em francês organizado por Helena Hirata que fala sobre lares temporários e intermitentes, onde o casal só se encontra de vez em quando porque marido e mulher trabalham em cidades diferentes. Eles têm um lar, mas não estão sempre juntos por causa das exigências do mercado de trabalho. Daí a dificuldade para terem filhos.

[13] Ênfase da Marilia nessa palavra.

[14] PT = sigla de Partido dos Trabalhadores.

[15] Ocorrido no México em 2004 e na Espanha em e o próximo vai ser em Cuba em 2008 e há previsão de que em 2010 seja no Brasil, mais especificamente, na UTFPR.

[16] Sonia Ana Charchut Leszczynski, ex-coordenadora do PPGTE.

[17] Gilson Leandro Queluz, atual coordenador do PPGTE.

[18] Éden Januário Neto, diretor-geral do CEFET-PR na época e atual reitor da UTFPR.

Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Provincia de Buenos Aires, Argentina. Informações no e-mail escytarg@unq.edu.ar.

. . . no período de 7 a 10 de outubro de 2007, a 30ª reunião anual da ANPED em Caxambu – Minas Gerais. Informações no site www.anped.org.br.

. . . no período de 22 a 26 de outubro de 2007, o 31º encontro anual da ANPOCS em Caxambu – Minas Gerais. Informações no site www.anpocs.org.br.

. . . no período de 5 a 8 de novembro de 2007, o 2º Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. O Evento será promovido pelo PPGTE e acontecerá nas dependências da UTFPR, em Curitiba – Paraná. Informações no site www.ppgte.cefetpr.br .

. . . no período de 18 a 21 de fevereiro de 2008, o "VII Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Gênero". O evento será no Hotel Nacional em Havana – Cuba. As inscrições de trabalhos vão até 14 de setembro de 2007.